

Agora, tática é domar o dragão

A. C. SCARTEZINI
Especial para o CORREIO

A mais recente avaliação feita pelo presidente Sarney concluiu que a Constituinte vai aprovar-lhe o mandato de cinco anos na presidência com mais de 300 votos a seu favor, na quarta ou quinta-feira próximas, o que lhe permitiria demorar seus últimos dois anos de Governo a partir do modelo administrativo que começa a esboçar.

"A crise brasileira é do Estado", diagnosticou Sarney, ontem, durante reunião com assessores no Alvorada, o mal que ameaça a governabilidade nacional, a cuja desarmação pretende se dedicar no restante do mandato, reduzindo o nível da presença do Estado nas atividades da sociedade.

No diagnóstico presidencial, a redução da presença do Estado pode tornar mais ágil o Governo, eliminar despesas públicas que se sobrepõem no modelo atual de administração, e transferir para a sociedade a responsabilidade por uma expressiva cota dos encargos sociais. Além disso, a transferência de responsabilidade aos governos estaduais pode tornar mais econômica e ágil a operação federal, agora que a constituinte aumenta-lhes a renda tributária.

A consequência mais prática desse emagrecimento estatal é a redução do déficit público, que provoca a inflação e alimenta as dívidas interna e externa, problemas que, no seu conjunto, formam a "crise brasileira", hoje no estágio mais dramático da vida da Nação. E não se considera o Presidente responsável pelo volume a que a crise chegou, mas está certo de que ainda no seu Governo pode domar o dragão.

O DRAGÃO

O segredo para a doma do dragão estaria pois na transferência de atribuições ou simplesmente na supressão delas, o que começou a ser feito por uma simples portaria do Ministério da Agricultura que, em fevereiro limitou a intervenção estatal na comercialização da nova safra agrícola, para estimular a aquisição e armazenagem dos grãos pela empresa privada.

O processo avançou na última quinta-feira com a definição da nova política industrial, também contendo a presença do Estado na atividade e estimulando a sociedade a assumir a gestão dos negócios com autonomia. Ao mesmo tempo, o Estado reforça a representação da empresa privada no processo de decisão fe-

deral pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial.

Agora, com a segurança dos cinco anos pela frente, deve Sarney enfrentar a questão da privatização das empresas e serviços estatais para continuar a doma do dragão da crise. A privatização pode ser feita através da pulverização de ações de empresas como as siderúrgicas — pulverização pela venda no mercado de pequenos lotes de ações.

E o processo pode se dobrar com grandes obras públicas no final do Governo. Se surgirem logo os primeiros pontos positivos da doma da crise, o Presidente pode se sentir encorajado, por exemplo, a avançar solidamente com os trilhos da Ferrovia Norte-Sul, sobretudo neste momento em que o desempenho da agricultura revela a necessidade de novos espaços para que suas safras continuem a explodir.

O MANDATO

Mas a base de todo o processo depende dos cinco anos de mandato, para os quais o presidente Sarney marcha com confiança inspirado por uma série de boas safras que colheu nesta semana a partir de uma agenda que construiu com competência sob a colaboração do ministro Ronaldo Costa Couto, chefe do Gabinete Civil:

1. O apolo de governado-

res ao novo programa econômico, na segunda-feira;

2. A fixação da nova política industrial na quinta-feira, com apoio de empresários;

3. O anúncio na quinta-feira do maior saldo da balança comercial brasileira na história, com um bilhão 906 milhões de dólares;

4. A confirmação ontem do novo recorde da agricultura, pelo segundo ano consecutivo, com a produção de 66 milhões de toneladas de grãos.

Sob esses ventos favoráveis, recomendou Sarney, ao reunir-se com o seu conselho político no final da tarde de quinta-feira, que os conselheiros trabalhem duramente por duas coisas: a votação do mandato até quinta-feira no máximo e a ampliação da margem favorável aos cinco anos na Constituinte. Deseja construir uma maioria a favor dos cinco anos tão sólida entre os constituintes que não permita contestação.

Seria uma consagração se o mandato de cinco anos para Sarney repetisse alguma coisa como os 344 votos favoráveis ao mesmo período de Governo para os seus sucessores, recolhidos entre o total de 559 constituintes. Em busca dessa consagração, todo esforço é considerado válido entre os nove ministros, três líderes e dois assessores que compõem o conselho.

OS MINISTROS

Uma parte desse esforço é a pressão que se realiza sobre o ministro Renato Archer, posto sob a suspeição de usar os recursos do Ministério da Previdência Social contra o mandato de cinco anos do Presidente. Mas a demissão do Ministro pode não ir além da pressão — o suficiente como advertência a quem no Governo não colabora com os cinco anos.

Acontece que Archer é íntimo do deputado Ulysses Guimarães e não convém, neste momento de definição do mandato, hostilizar demais os amigos do presidente do PMDB e da Constituinte. Mesmo porque, até agora, a posição política de Ulysses, em sua aparente indiferença pelo mandato, favorece a busca dos cinco anos para Sarney.

Mesmo depois da eventual aprovação dos cinco anos, pode continuar a não ser interessante brincar com Ulysses, inclusive porque a definição do mandato não elimina as relações com o Congresso e o PMDB — pelo contrário, a definição pelos cinco anos aumenta a responsabilidade com o parlamento e o partido.

Placar cresce, anuncia Reis

A cada dia que passa aumenta o número de constituintes favoráveis aos cinco anos de mandato para o presidente José Sarney, com a diminuição do número de indecisos, segundo pesquisa que vem sendo feita há dias pelo deputado Milton Reis (MG), secretário-geral do PMDB. O placar de ontem, segundo o parlamentar, é o seguinte: cinco anos — 301 constituintes; quatro anos — 236; e indecisos — 19. Há dois dias era: cinco anos — 291; quatro anos — 235; e indecisos — 39 parlamentares.

Os outros três constituintes, do universo de 559, votarão abstenção, segundo Milton Reis, que informou que uma das abstenções será do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, que só votaria se desse empate e não quis adiantar os nomes dos outros dois.

21.05.1988
P. 3

CORREIO BRAZILIENSE